



TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 11/2022

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO** E O MUNICÍPIO DE **LUCAS DO RIO VERDE/MT**, POR INTERMÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, OBJETIVANDO A DISPONIBILIZAÇÃO DE FORÇA LABORAL PARA AUXILIAR NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ELEITORAIS NO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE - MT - SEI Nº. 06763.2021-0.

Pelo presente instrumento, compareceram de um lado o **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO (TRE-MT)**, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.901.308/0001-21, com sede em Cuiabá/MT, na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 4.750, Centro Político e Administrativo - Setor "E", representado, neste ato, pelo Juiz Eleitoral, Excelentíssimo Dr. **Hugo José Freitas da Silva**, brasileiro, casado, portador do RG nº 785655 SSP/MS e do CPF nº 854.410.401-06, nos termos do artigo 1º da Resolução TSE nº 21.009/2002 e, do outro lado o **MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 24.772.246/0001/40, com sede administrativa na Av. América do Sul, 2500-S - Parque dos Buritis, em Lucas do Rio Verde/MT, neste ato representado pelo Senhor **Miguel Vaz Ribeiro**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, portador do RG nº 1414189 SSP/SC e do CPF nº 546.125.359-87, para celebrar o presente TERMO DE COOPERAÇÃO, de acordo com a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nºs 7.444, de 20 de dezembro de 1985, 8.666 de 21 de março de

1993, 13.444 de 11 de maio de 2017, 4.737 de 15 de julho de 1965, 9.504 de 30 setembro de 1997, Resolução TSE nº 23.440 de 19 de março de 2015, Lei nº 11.788/2008 de 25 de setembro de 2008, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto a comunhão de esforços para disponibilização de estagiários pela Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, a fim de que atuem na 21ª Zona Eleitoral de Mato Grosso, para a consecução da finalidade descrita na Cláusula Segunda, por meio de atividades relativas ao atendimento de eleitores, apoio às atividades cartorárias e à preparação das Eleições 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

2.1. A cooperação mútua entre os partícipes tem por finalidade proporcionar ao estagiário cedido pela Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde complementação de ensino e aprendizagem profissional, social e cultural, contribuindo para o desenvolvimento do estudante para a vida cidadã e para o trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-MT

3.1. São obrigações do TRE-MT:

- I - Executar, por intermédio de seus magistrados e servidores, o objeto deste Termo de Cooperação;
- II - Capacitar o pessoal a ser disponibilizado, com treinamento teórico/prático específico para desempenho das atividades objeto deste acordo, inclusive os que substituam os ausentes em virtudes de afastamentos legais ou que os impeçam de laborar nas unidades de atendimento;
- III - Permitir aos estagiários cedidos, o acesso ao sistema utilizado pela Justiça Eleitoral, supervisionados por servidor do TRE-MT, designado para o feito, que certificará que os estagiários não possuem filiação partidária;
- IV - Fornecer equipamentos tecnológicos e material de expediente que permitam o desenvolvimento dos trabalhos;
- V - Prestar suporte técnico, jurídico e operacional porventura necessários à execução da parceria;
- VI - Designar gestor responsável pela supervisão e operacionalização

do presente termo de cooperação que, dentre outras funções deverá manter o controle de frequência dos estagiários disponibilizados, com o respectivo envio à Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde para os devidos registros e anotações;

- VII - O gestor deverá observar a compatibilidade do horário escolar do estudante e dos direitos assegurados pela Lei nº 11.788/2008;
- VIII - Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, seus servidores causarem a terceiros;
- IX - Acompanhar e controlar as ações para que os serviços sejam executados com eficiência, eficácia e efetividade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE

4.1. São obrigações da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde:

- I - Disponibilizar 6 (seis) estagiários, sendo 1 (um) estagiários de Ensino Médio, com idade mínima de 16 anos, não filiado a partido político, 2 (dois) estagiários de nível superior cursando Direito e, 3 (três) estagiários de nível médio/técnico ou superior na área de Tecnologia da Informação, preferencialmente com idade mínima de 18 anos, não filiados a partidos políticos, para atuação na 21ª Zona Eleitoral de Mato Grosso, com a finalidade de execução das atividades, objeto deste Termo de Cooperação;
- II - Controlar e atender ao comando constante do art. 3º da Lei nº 11.788/2008;
- III - Resguardar a compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso celebrado com a instituição de ensino. A atividade a ser exercida pelo estagiário deve estar relacionada com a sua formação educacional, ou seja, deve ser compatível com o projeto pedagógico do curso, conforme rege o art. 1º, § 1º c/c art. 3º, III, da Lei nº 11.788/2008;
- IV - Observar a compatibilidade da jornada de atividade do estágio com as atividades escolares, notadamente a duração máxima prevista pelo art. 10 da Lei nº 11.788/2008;
- V - Manter a quantidade de estagiários disponibilizados, indicando as necessárias substituições, por motivos de férias, descanso semanal, licença, greve, faltas e desligamentos, os quais não terão qualquer relação funcional ou de emprego com o TRE-MT;
- VI - Responsabilizar-se exclusivamente pelos encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais incidentes, em suma, com todas as despesas diretas e indiretas com o pessoal disponibilizado para a consecução do objeto deste Termo de Cooperação;
- VII - Informar ao pessoal designado que devem manter sigilo dos dados

e informações que tiverem conhecimento em razão do trabalho desenvolvido;

- VIII - Designar gestor responsável pelo acompanhamento e operacionalização do presente termo de cooperação;
- IX - Divulgar o conteúdo do presente termo de cooperação aos designados para a sua execução;
- X - Responsabilizar-se por todo e qualquer dano que, por dolo ou culpa, os estagiários cedidos causarem a terceiros;
- XI - Acompanhar e controlar as ações para que os serviços sejam executados com eficiência, eficácia e efetividade.

CLÁUSULA QUINTA - DO SIGILO

5.1. Os Partícipes se comprometem a utilizar os dados e informações que lhe forem fornecidos somente nas atividades relacionadas com o presente Termo de Cooperação, sendo de sua responsabilidade qualquer forma de divulgação, tratamento ou transferências a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito.

CLÁUSULA SEXTA - DA UTILIZAÇÃO DE PESSOAL.

6.1. O pessoal utilizado pelos Partícipes na execução deste Termo de Cooperação, na condição de estagiários não terão direito a nenhuma vinculação em relação à outra Parte, ficando a cargo exclusivo da respectiva Parte que os contratou a integral responsabilidade concernente aos seus direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo qualquer solidariedade ou subsidiariedade dentre os Partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE.

7.1. Os vínculos jurídicos, financeiros ou de qualquer natureza assumidos singularmente por uma das partes são de sua exclusiva responsabilidade, não se comunicando a título de solidariedade ou subsidiariamente ao outro partícipe.

CLÁUSULA OITAVA - DA DIVULGAÇÃO, PROMOÇÃO E PUBLICIDADE.

8.1. Em qualquer divulgação, promoção e/ou publicidade relacionada com atos, ações e atividades relacionadas com o objeto do presente Termo de Cooperação, será, obrigatoriamente, destacada a participação de ambos os partícipes e essas ações deverão ter caráter educativo,

informativo e/ou de utilidade pública, delas não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que venham a caracterizar promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. O presente instrumento não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1. O TRE-MT providenciará a publicação do extrato deste Termo de Cooperação no Diário da Justiça Eletrônico (DJe) do TRE-MT e no Diário Oficial da União (DOU), até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, como condição indispensável para sua eficácia, não ultrapassando o prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data da sua assinatura, de acordo art. 61, parágrafo único, da Lei nº. 8.666/93.

10.2. O TRE-MT encaminhará ao órgão partícipe cópias das referidas publicações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1. O presente Termo de Cooperação terá vigência pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado se houver interesse mútuo dos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ACOMPANHAMENTO

12.1. O acompanhamento, controle e execução do presente Termo de Cooperação ficará sob responsabilidade de servidor designado pelo TRE-MT e de servidor designado pela Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde/MT.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES

13.1. Mediante termo aditivo, as partes, de comum acordo, poderão promover alterações ao presente Instrumento, desde que não importem em descaracterização do seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA DENÚNCIA E RESCISÃO

- 14.1. O presente Termo de Cooperação poderá ser denunciado por iniciativa de qualquer dos partícipes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou rescindido por descumprimento de suas cláusulas, assumindo cada partícipe os respectivos ônus decorrentes das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. Fica proibida a atribuição de atividades de finalidade diversa da estabelecida neste instrumento aos servidores envolvidos.
- 15.2. Os estagiários deverão cumprir as normas da Justiça Eleitoral, observada a compatibilidade do horário escolar do estudante, conforme dispositivos legais.
- 15.3. Eventuais omissões, dúvidas e controvérsias serão dirimidas pelos gestores dos órgãos partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

- 16.1. Para dirimir quaisquer dúvidas na execução deste TERMO DE COOPERAÇÃO, que não possam ser solucionadas pela mediação administrativa, realizada pela Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF / AGU, fica eleito o foro da **Justiça Federal de Cuiabá/MT**, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem as partes em concordância, foi lavrado o presente Termo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelos respectivos representantes.

Lucas do Rio Verde/MT, 01 de abril de 2022.

HUGO JOSE FREITAS DA SILVA:11207 Assinado de forma digital por HUGO JOSE FREITAS DA SILVA:11207
Dados: 2022.04.01 16:08:13 -04'00'

Hugo José Freitas da Silva
Juiz Eleitoral da 21ª Zona Eleitoral

MIGUEL VAZ RIBEIRO:54612535987 Assinado de forma digital por MIGUEL VAZ RIBEIRO:54612535987
Dados: 2022.04.04 08:27:25 -04'00'

Miguel Vaz Ribeiro
Prefeito do município de Lucas do Rio Verde

Testemunhas:

TATIANE GUERREIRO DE ALMEIDA SANTOS:10507440

Assinado de forma digital por
TATIANE GUERREIRO DE
ALMEIDA SANTOS:10507440
Dados: 2022.04.04 09:49:45
-04'00'

Tatiane Guerreiro de Almeida Santos
Técnica Judiciário da 21ª Zona Eleitoral/MT
Matrícula TRE/MT nº10507440



Assinado de forma digital por
LUMIERI MARTINS RECH:10507391
Dados: 2022.04.04 09:38:33 -04'00'

Lumieri Martins Rech
Analista Judiciário da 21ª Zona Eleitoral/MT
Matrícula TRE/MT nº 10507391